

Esfera pública, visibilidade midiática, deliberação, identidade coletiva e novas tecnologias da comunicação: analisando contribuições para o debate

*Sivaldo Pereira da Silva**

MAIA, Rousiley & CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (org). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 247 páginas.

O debate sobre esfera pública e meios de comunicação de massa tem sido largamente difundido nos últimos 20 anos, sobretudo a partir da publicação em inglês, da obra original em alemão *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, de Jürgen Habermas¹. Embora a própria noção de “esfera pública” não tenha sido necessariamente cunhada por Habermas, tendo antecessores como Kant e visões

* Mestre em Comunicação, doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. sivaldop@yahoo.com

diferenciadas como a de Hanna Arendt, foi a abordagem habermasiana que se introjetou com mais força no campo da Comunicação, sobretudo por trazer para o cerne da discussão o papel da mídia e as repercussões desses meios de comunicação de massa na política contemporânea (principalmente no século XX).

Em torno deste conceito e para além dele, giram algumas abordagens fundamentais que constituem boa parte da pesquisa sobre Comunicação Política. Temas como opinião pública, arena midiática, espaço público, deliberação, a própria noção de público, as fronteiras entre público e privado etc. estão de alguma forma relacionadas ao debate sobre esfera pública com importantes desdobramentos contemporâneos.

O livro *Mídia, esfera pública e identidades coletivas* organizado por Maia & Castro, publicado neste ano de 2006, se insere nesta linha de abordagem e vai um pouco além, trazendo importantes contribuições para elucidar o contexto do debate nos dias de hoje. Trata-se de uma coletânea de artigos que contou com a colaboração de onze autores, baseados em suas respectivas exposições orais durante o *Colóquio internacional mídia, espaço Público e identidades coletivas*, realizado em 2003 na cidade de Belo Horizonte, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A publicação está dividida em 5 partes, que podem ser sintetizadas respectivamente em 5 eixos temáticos de abordagem 1) esfera pública; 2) visibilidade midiática; 3) deliberação; 4) identidade e 5) novas tecnologias da comunicação. Nas próximas linhas, tentar-se-á pontuar os principais desdobramentos dos autores em torno destas temáticas levantadas, seguindo a estrutura das próprias secções propostas, bem como a ordem de aparição dos artigos.

Parte I: "Do conceito de esfera pública"

Embora o tema "esfera pública" atravesse, de algum modo, quase todos os textos, apenas a Parte I dedicará abordagens específicas sobre o conceito, centradas em dois artigos. No primeiro trabalho,

Wilson Gomes desenvolve uma análise didática sobre os translados idiomáticos que sofreu o termo original em alemão - *öffentlichkeit* - até chegar ao que denominamos hoje, em português de "esfera pública", apontado alguns problemas nesta trajetória. Para Gomes, a opção pela expressão em inglês "public sphere" (que acabou repercutindo em um termo similar no Brasil) trouxe elementos semânticos que não estavam necessariamente contidos no original germânico, sobretudo, a idéia de "espaço". A *öffentlichkeit*, conforme explica, não continha esta característica espacial: se refere "à propriedade comum àquilo que é disponível, acessível, sem reservas, é a condição das coisas e fatos naquilo que neles é aberto, visível, exposto". Seria a condição em que as coisas tratadas na praça, na rua, em arenas públicas se submetem. Seria a propriedade de tratar abertamente, a ênfase na publicidade que caracteriza tais coisas quando dispostas nestas circunstâncias. Por outro lado, a versão anglo-americana da "*public sphere*" (ou a "esfera pública" no Brasil) aponta para a própria praça, a própria rua, a própria arena ou o espaço onde as coisas são tratadas publicamente. Este deslocamento trouxe diversas repercussões sobre o debate, até hoje sentidas no tratamento do conceito. As análises de Gomes avançam ainda propondo alguns cuidados quanto ao uso aleatório do conceito de esfera pública, tentando pontuar, não obstante os problemas histórico-semânticos da expressão, a sua importância no debate sobre comunicação política contemporânea. De sobremaneira, Gomes traz uma abordagem didática necessária a qualquer leitura e revisão bibliográfica sobre o tema.

No segundo artigo *Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina*, de Leonardo Avritzer e Sérgio Costa tratam o conceito de esfera pública de modo menos etimológico e mais histórico. Especificamente, estão preocupados com a noção de espaço público construída na América Latina e farão isso traçando o percurso da arena pública da sociedade de massa no âmbito da mudança da estrutura da esfera pública, sob a perspectiva da teoria crítica. Os autores apontam a importância da divisão de águas, dentro desta tradição teórica, que significou a introdução do conceito de esfera pública, principalmente através

de Habermas na metade do século XX. Chamam a atenção para duas áreas de investigação deste conceito que se desenrolaram desde então: 1) a primeira, no campo dos estudos sobre sociedade civil, que se poderia acrescentar também a participação política, os processos de tomada de decisão governamental; 2) a segunda, os estudos sobre os meios de comunicação de massa e sua incursão na política contemporânea. Dentre estas duas perspectivas, a noção de esfera pública será marcada historicamente, na América Latina, por esta segunda área de abordagem, isto é, a partir de uma ênfase no aspecto midiático. Do ponto de vista pragmático, no que diz respeito à noção de espaço público, os autores identificam a existência de um processo evolutivo da esfera pública nas novas democracias latino americanas, tanto no âmbito governamental quanto da sociedade civil - diante da reforma do estado, das reivindicações participativas de cunho deliberacionista etc - quanto no âmbito dos meios de comunicação de massa, que estariam se tornando mais porosos em absorver e processar os temas colocados pelos diversos atores políticos.

Parte II: “Visibilidade e representações”

A segunda parte da coletânea traz dois artigos que estão concentrados na visibilidade midiática e em sua relação com a prática política contemporânea. Em *Espetáculos midiáticos e comunicações democráticas: entre a hegemonia global e a ação cívica*, Jan Ekecrantz retoma a metáfora do teatro para explicar o parte do fenômeno da comunicação política no mundo atual. Segundo o autor, hoje poderíamos identificar que a visibilidade política se desenvolve de dois “modos teatrais” mais fundamentais: 1) o espetáculo e 2) o carnaval. Ekecrantz demonstra as diferenças básicas entre estas duas formas; de um lado, elementos como entretenimento, encenação, platéia, lugares oficiais, verticalidade e evento de mídia seriam típicos da forma teatral “espetáculo”; do outro, zombaria, performance, público, lugares cotidianos, horizontalidade e festa seriam características do modo “carnaval”. Para o autor, estas duas

categorias inerentes à metáfora do teatro, de cunho não racional, também devem ser observadas para um entendimento mais completo da visibilidade política no mundo de hoje, não se limitando tão somente aos elementos mais ostensivos como a argumentação pública, as normas da discussão, o debate racional etc.

O segundo texto, *Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política*, de Maria Helena Weber, trata a questão da visibilidade midiática em sua implicação direta com a idéia de credibilidade na construção da imagem pública de atores políticos. O argumento central da autora será a tese da indissociabilidade entre “credibilidade” e “visibilidade midiática” na arena política contemporânea e, até certo modo, a uma quase equivalência entre uma coisa e outra. Para explicar esta percepção, Weber analisará as características intrínsecas entre o poder/política e o controle da visibilidade pública pela mídia, trazendo alguns exemplos da história recente da política brasileira para ilustrar suas argumentações. Para a autora, visibilidade e credibilidade são condições para que haja disputa política, principalmente quando a arena está nos meios de comunicação de massa. Haveria tensão e negociações entre os atores políticos e midiáticos em torno de uma visibilidade acoplada de credibilidade. Como explica a autora, a visibilidade deve deixar marcas e pistas para a formação de uma imagem pública favorável.

Parte III: “Mediação e deliberação pública”

O que vem sendo chamado de democracia deliberativa é hoje uma das linhas de investigação que mais tem crescido nos últimos anos na teoria política, envolvendo um grande volume de debates e proposições. Trata-se de uma corrente dentro da teoria democrática, de inspiração habermasiana, preocupada em propiciar mecanismos discursivos dos cidadãos entre si e destes cidadãos com seus governantes, capaz de fortalecer a democracia em seu viés participativo. A terceira parte do livro, traz dois artigos permeados por este debate. O primeiro deles, de Maria Ceres Pimenta Spínola Castro, denominado

Dilemas para a construção do espaço público brasileiro: controvérsias midiáticas, traz a concepção deliberacionista de fundo, embora não a trate diretamente durante o percurso de sua abordagem. Sobretudo, a autora está preocupada na análise do desenvolvimento do espaço público no Brasil principalmente a partir do processo de redemocratização do país, iniciado nos anos de 1980 e que ainda se consolida na atualidade. O argumento central de Castro é a percepção de que existe um caráter ambíguo na arena política brasileira recente, que mistura elementos de um conservadorismo político histórico, marcado pelo autoritarismo, e ao mesmo tempo inclui uma perspectiva deliberacionista como horizonte, marcada por uma tendência à reivindicação de políticas mais participativas. Em torno disso, giram os meios de comunicação de massa, sustentando e alimentando esta ambigüidade, o que daria ao espaço público brasileiro peculiaridades específicas, diferentes do espaço público historicamente construído nas sociedades européias e americanas.

Já no segundo texto *Mídia e deliberação: atores críticos e o uso público da razão*, Rousiley Maia trata o modelo da democracia deliberativa de modo mais específico. Dedicada toda a introdução de sua análise a um levantamento dos principais elementos deliberacionistas e sua interface com a mídia, dentro de uma visão mais conceitual. Neste percurso, traz à tona a questão da publicidade nos meios de comunicação de massa. Maia vai enfatizar a importância destes meios como "fórum para o debate cívico", ainda que não sigam necessariamente uma linearidade de falas e exposições argumentativas como nos modelos clássicos do debate face a face. Propõe pensar a deliberação a longo prazo, de forma não-linear, tratando a mídia enquanto arena de debate sobre o tempo. Neste sentido, a autora apresenta um estudo de caso preocupando-se em mostrar como determinado grupo de atores políticos participam de processos deliberativos através dos meios de comunicação de massa e como este processo poderia existir ao longo do tempo, onde razões públicas são expostas, argumentações são delineadas e posições são reconfiguradas, repercutindo em produção de políticas públicas pela esfera governamental, por exemplo.

Parte IV: “Esfera pública e identidades coletivas”

Até a terceira parte do livro, os autores discutem temas habermasianos como esfera pública, espaço público, visibilidade midiática e deliberação. Temas originários, sobretudo, do campo da ciência política, sendo o debate sobre democracia deliberativa a ponta deste iceberg. Nesta quarta parte tais temáticas continuam, mas agora sofrem a influência da filosofia política, sobretudo do recente debate sobre pluralismo democrático, que traz no seu bojo a questão das identidades coletivas. Dois artigos constituirão este capítulo. O primeiro, de Bruno Souza Leal, *A comunidade como projeto identitário*, busca refletir sobre o uso da noção de comunidade enquanto referencial de sociabilidade e de ação política em determinados grupos sociais. Um sentido atribuído tanto pelos meios de comunicação de massa quanto pelos atores políticos contemporâneos. Leal demonstra que a noção de “comunidade” tem sua existência marcada pela tensão das dimensões privada e pública da vida dos sujeitos e embora sua existência efetiva nem sempre ocorra de fato (no sentido estrito do termo) ela aparece como um projeto, um argumento, um tipo ideal ou até mesmo uma utopia voltada para a articulação e participação política dos indivíduos situando-os e identificando-os em torno de determinados aglomerados sociais (seja um bairro, uma cidade ou grupos étnicos). Em muitos casos, o rótulo “comunidade” seria antes uma estratégia de diferenciação, projetando núcleos político-culturais no interior de um todo (nação, sociedade ou país).

No segundo artigo, *Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço público contemporâneo*, Marco Aurélio Máximo Prado retoma a temática do espaço público e reflete sobre o fenômeno da ação coletiva na arena política contemporânea. Neste texto, a questão do antagonismo político, um tema bastante desenvolvido no pluralismo democrático, ganha maior atenção. Boa parte da abordagem está preocupada em demonstrar que a própria noção de política deve ser compreendida a partir de uma visão agonística, isto é, os conflitos seriam inerentes a ela (dos diferentes grupos, inte-

resses e reivindicações) sem que isso se transforme em uma relação maniqueísta. Em outras palavras, o desafio seria articular o espaço político tanto no viés da identidade como no viés da alteridade, sem que isso signifique necessariamente a extinção de uma das partes. De tal modo, o fenômeno da política deveria, assim, ser tratada como um ambiente onde conflitos, divergências, não reconciliação e antagonismos fazem parte de sua constituição, incorporando-a na própria dinâmica do espaço público.

Parte V: Redes sociais, internet e práticas políticas

Desde a difusão da Internet a partir dos anos 90, com suas características de interação em tempo real, rede de sociabilidade, possibilidades de comunicação horizontal em larga escala no formato todos-todos, um grande volume de estudos, pesquisas e prognósticos tem sido produzido no mundo, acerca das potencialidades democráticas deste novo meio em revigorar a participação política nas democracias de massa. A última parte da coletânea dedicará dois artigos a este novo campo de investigação centrados, especificamente, na formação de redes sociais de interação política. A primeira dessas abordagens, intitulada *Redes sociais na sociedade de informação*, de Ilse Scherer-Warren, analisa a característica multidimensional desta nova mídia em propiciar novos elementos para a ação política, principalmente pelos movimentos sociais. Scherer-Warren se preocupará mais precisamente na constituição das ações coletivas a partir da interação destas redes telemáticas. A autora propõe três dimensões de análise sobre as quais as redes poderiam ser melhor estudadas: 1) temporalidade (a possibilidade de armazenamento e circulação de informação, gerando maiores possibilidades de interação sobre o tempo e sobre a história entre os diversos atores sociais); 2) espacialidade (no que diz respeito à emergência de novas territorialidades, influenciando na dinâmica de ação política que vai além das fronteiras espaciais tradicionalmente estabelecidas; 3) sociabilidade (identificando novas formas de rela-

ções sociais, ampliando a abrangência e a ação dos diversos grupos sobre a arena pública contemporânea). O texto não aponta para um desfecho conclusivo sobre as reais transformações que estas dimensões poderiam concretizar, objetiva, sobretudo, traçar uma proposição teórico-metodológica para se investigar este fenômeno em andamento.

A análise pragmática sobre as potencialidades das redes telemáticas no espaço público será tratado de modo mais direcionado no último texto, denominado *A internet como mídia e ambiente: reflexões a partir de um experimento de rede local de participação*, de Marcos Palacios. O autor propõe uma análise teórica, a partir da observação empírica de um experimento realizado na cidade de Aveiro, Portugal, que serviu como projeto-piloto na utilização das novas tecnologias da comunicação e informação para fortalecer a participação dos cidadãos na vida pública.

Diversos experimentos e projetos desta natureza foram realizados em várias partes do mundo, denominados como redes cívicas ou cidades digitais (Bologna, Santa Mônica, Amsterdã, Patherday, Kyoto e a própria cidade de Aveiro, dentre outros). Boa parte destes projetos surgiu com o objetivo de investir em infra-estrutura tecnológica e incentivar a apropriação do cidadão das ferramentas de comunicação *on line* para buscar informações, revigorar a arena de debate público e melhorar a participação do cidadão das decisões governamentais. Embora muitos desses empreendimentos tenham tido êxito significativo, alguns sobrevivem com sérios problemas e outros deixaram de existir. A abordagem de Palacios traz uma análise mais cautelosa acerca da euforia inicial, que caracterizou este tipo de projeto, tentando levantar a complexidade que envolve experiências desta natureza e apontando alguns cuidados teórico-pragmáticos que devem ser levados em conta para que haja, de fato, apropriação e uso participativo destas tecnologias pelos cidadãos.

Este conjunto de artigos não pode ser caracterizado como inovador, no sentido de desenvolver abordagens inteiramente inéditas para o campo da comunicação política. Mas são, sobretudo, renovadores: trazem importantes contribuições para a compreensão

mais atualizada dos diversos fenômenos que envolvem os 5 eixos inicialmente apontados: esfera pública; visibilidade midiática; deliberação; identidade e novas tecnologias da comunicação.

Alguns textos - incluindo a própria introdução do livro que traz uma análise atualizada sobre as distorções dos estudos envolvendo comunicação e política - tem características crítico-didáticas interessantes, sendo bastante objetivos em suas análises. Outros pecam pela abordagem demasiadamente ampla, às vezes pouco objetiva, perdendo por alguns momentos o verdadeiro foco do trabalho, sobre os quais poderiam trazer mais contribuições relevantes.

De modo geral, a publicação parece dar conta daquilo que se propõe: apresenta um debate atualizado sobre algumas temáticas constituintes do campo semântico do conceito de esfera pública, trazendo à tona discussões como democracia deliberativa, introduzindo correntes teóricas como o pluralismo democrático e sem esquecer das repercussões destas abordagens na emergência das novas tecnologias da comunicação e informação.

Trata-se de uma obra relevante, com textos imprescindíveis para qualquer revisão bibliográfica da relação entre comunicação e política na contemporaneidade, principalmente no ambiente brasileiro.

Notas

¹ No Brasil, traduzido para o português como "Mudança Estrutural na Esfera Pública".